


FÓRUM

debates sobre justiça e cidadania

Revista da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

jan/fev - Ano 4

Número 13



EMPREGO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
MORADIA
ALIMENTAÇÃO

EM BUSCA DE DIGNIDADE

Caminhos que levam ao resgate da cidadania

Miséria e desigualdade de renda

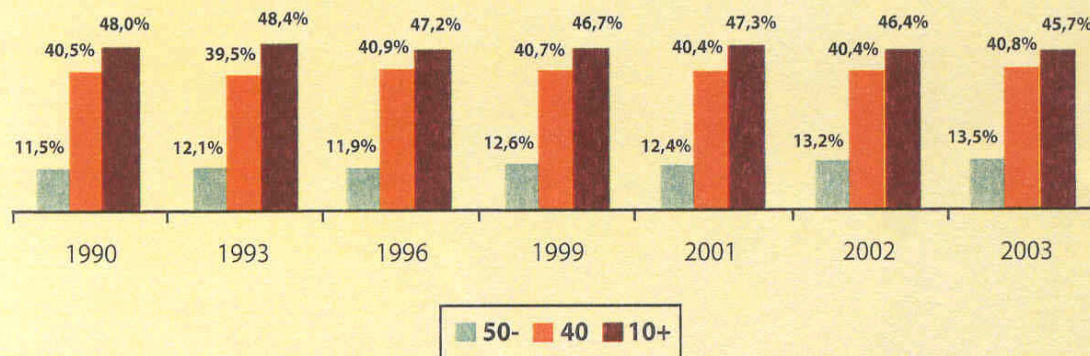


Marcelo Néri

A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo e tem-se mantido estável ao longo das décadas. A PNAD/IBGE permite o monitoramento anual da situação social brasileira. Dividimos aqui a população brasileira em três grupos de renda: o décimo mais rico, que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre, que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários, cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%). A renda individual do grupo mais rico é 16 vezes aquela observada no grupo mais pobre no Brasil.

Se olharmos as flutuações econômicas dos últimos 15 anos, segundo uma perspectiva distributiva, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) é o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade. Por exemplo, a parcela dos 10% mais ricos cai de 47,3 para 45,7 no espaço de dois anos, dado inédito na história social brasileira dos últimos 15 anos. Será que a desigualdade inercial brasileira começa a dar sinais de mudança, como um transatlântico começando a mudar sua rota?

Distribuição de Renda



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido – e bem-sucedido – no combate à inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas – como o próprio nome sugere – o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas melhorou as condições para a aplicação de políticas sociais.

Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1996-2001) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que e de onde se olha, e de quem olha. Se só for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta mais branda.

Miséria – Cálculo inédito do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS-FGV) mostra que a parcela da população que não ganha o suficiente para comer passou de

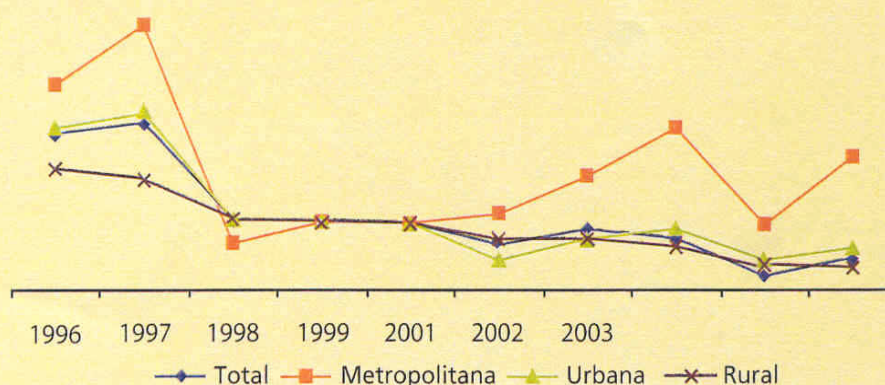
26,23% em 2002 para 27,26% no seguinte. Esse é o primeiro estudo a calcular a proporção de indigentes com base nos dados da recém-divulgada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2003), do IBGE. Ele estimou que, em 2003, a quantia mínima para suprir as necessidades alimentares dos brasileiros era de R\$ 108 mensais por habitante. Em 2002, eram R\$ 93.

Os dados mostram que a miséria cresceu fortemente nas regiões metropolitanas (de 16,6% para 19,14% de um ano para o outro), mas caiu no campo (de 51,4% para 51%), onde a situação é mais aguda. A crise no mercado de trabalho explica o agravamento dos indicadores sociais nos grandes centros urbanos. Já as áreas rurais estariam começando a exibir os efeitos das políticas públicas que têm tido prioridade desde o Governo FHC.

No período de 1992 a 2003 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 27,26,¹ uma queda acumulada de 24%. Essa queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores: de 1996 a 2003, ela caiu 9% e 17%, no período 1992 a 1996. A miséria metropolitana, após o período de lua-de-mel com o Plano Real, tem aumentado desde 1995. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série, incluindo períodos de seca no Nordeste, como em 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez, apresenta uma trajetória temporal similar àquela observada em nível nacional.

Trajectoria da miséria – Brasil

Base: 1996 = 100



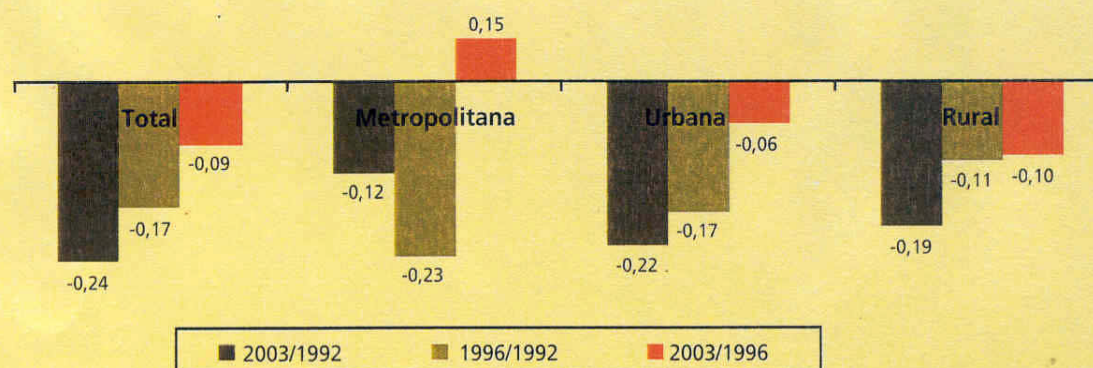
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se olharmos para intervalos mais longos, a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 apresenta decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período de 1992 a 1996 (23%), já que a miséria subiu 15% após 1996. As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva de 1992 a 1996, caindo 11%. Já no período

posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentaram o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões, caindo 10%.

A miséria urbana, por sua vez, apresenta trajetória similar àquela observada em nível nacional, sendo a mais estável de todos os períodos de análise. No cômputo geral, fruto da expansão das cidades médias, a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período de 1992 a 2003.

Taxa de redução da miséria em grandes períodos áreas rural, urbana e metropolitana



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Cenários – Tomemos agora a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente a nosso Gini, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Se, por um lado, a alta desigualdade é nossa principal chaga, essa mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida por redistribuição de renda ou de ativos geradores de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre, mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29), não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro, políticas contra

a desigualdade constituem importante aliado no combate à pobreza.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$108 por mês a preços da Grande São Paulo em outubro de 2003, quantia necessária para suprir suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 27,26% de 2003 para 26,56% em 2004, uma queda de 2,6%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004, o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB em torno de 4,5% e 5% ao ano. Se o crescimento de 3% ao ano se mantiver por quatro anos consecutivos, a miséria cairá para 24,16%, uma queda de 11,39%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria em 2004, se o país transformar sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de

12% fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de porcentagem do índice de Gini (de 0,585 para 0,574), que corresponde *grasso modo* à queda observada entre 2001 e 2003, a indigência brasileira cairia cerca de 16,86%. A proporção de indigentes passaria para 22,67%, ou seja, os 47,4 milhões de pobres iniciais se reduziriam a oito milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,585 para o nível de 0,574, encontrado no Estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer. A redução do Gini apontada acima sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 6,42% percentuais contra 11,39 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes. Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos, como a convergência da desigualdade

brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul. Nesse caso, mesmo sem crescimento, a miséria cairia de 27,26% para 20,98%, uma queda de 23,04%. Se, entretanto, essa mudança em direção à equidade fosse acompanhada de crescimento acumulado de 12% nos próximos quatro anos, ela cairia para 17,61%, uma queda de 35,42% em face do resultado observado em 2003.

A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico, como agora se apresenta, parece mais factível do que em épocas recessivas, quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Nesse caso, é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais firmados com organismos internacionais e a sociedade brasileira. ■

Cenários sobre a miséria

	Renda domiciliar per capita	% Miseráveis	Varição
Brasil 2003	379,78	27,26	
<i>Efeito crescimento*</i>			
3%	391,17	26,56	- 2,60%
12%	425,35	24,16	- 11,39%
<i>Efeito desigualdade (RJ) **</i>	379,78	25,51	- 6,42%
<i>com crescimento*</i>			
3%	391,17	24,92	- 8,61%
12%	425,35	22,67	- 16,86%
<i>Efeito desigualdade (RS) ***</i>	379,78	20,98	- 23,04%
<i>com crescimento*</i>			
3%	391,17	26,56	- 2,60%
12%	425,35	24,16	- 11,39%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Crescimento da renda *per capita*

** Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001 (Gini cai de 0,585 para 0,574)

*** Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul (Gini cai de 0,585 para 0,535)

¹ Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).